Constitucionalismo Democrático e Seus Elementos Integradores para Conformar uma Cultura Constitucional Através do “Diálogo Democrático”: Efeitos Sistêmicos de Transformações no Contexto Social

Democratic Constitutionalism and Its Integrating Elements to Configure a Constitutional Culture Through “Democratic Dialogue”: Systemic Effects of Transformations in the Social Context

CARINA BARBOSA GOUVÊA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE), Vice-Presidente da Comissão Especial de Bioética e Biodireito do Conselho Federal da OAB.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0659-5036>

IVO DANTAS

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7899-8390>

RESUMO: O estudo da identidade vai aproximar a cultura social de um grupo; entretanto, essa cultura só vai ter significado para a sociologia do direito constitucional na medida em ela esteja representada na ideologia daquela constituição. Uma das problemáticas a se enfrentar é optar pelos vários aspectos da realidade, uma vez que nem todas estarão devidamente representadas no mínimo cultural. E este é um desafio que se pretende aspirar com o ideal do “constitucionalismo democrático”, o reforço do signo de legitimidade da carta fundamental para formação da identidade e da cultura constitucional, principalmente em um ambiente constitucional em crise. E, nesse sentido, é preciso compatibilizar a união entre a constituição e a narrativa do universo que rege uma determinada coletividade. A imposição feita exclusivamente pela via jurisdicional, como aposta o neoconstitucionalismo, não é capaz de promover a emancipação das pessoas constitucionais. O “diálogo democrático” é uma ferramenta por excelência para a resolução das questões objetivas e subjetivas, principalmente quando já instaurada a crise. A visão dialética cogitada pelo “constitucionalismo democrático” é essência e construto que decorre da autoridade constitucional, o que pode resultar em nova contestação e novo dissenso. E isso reflete o viver constitucional, que está desconectado da visão juriscêntrica, e que não nega que outras autoridades possam definir e atualizar o significado constitucional.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade constitucional; cultura constitucional; diálogos democráticos.

ABSTRACT: The study of identity will approximate the social culture of a group, however this culture will only have meaning for the sociology of constitutional law, as long as it is represented in the ideology of that constitution. One of the problems to be faced is to choose the various aspects of reality, since not all of them will be properly represented in the cultural minimum. And this is a challenge that is intended to aspire to the ideal of “democratic constitutionalism”, strengthening the sign of legitimacy of the fundamental charter for identity formation and constitutional culture, especially in a constitutional environment in crisis. And in this sense it is necessary to reconcile the union between the constitution and the narrative of the universe that governs a certain collectivity. The imposition done exclusively by jurisdictional means, as proposed by the neoconstitutionalism, is not able to promote the emancipation of constitutional people. The “democratic dialogue” is a tool par excellence for the resolution of objective and subjective issues, especially when the crisis is already in place. The dialectical vision considered by “democratic constitutionalism” is essence and construct that stems from constitutional authority, which may result in new contestation and new dissent. And this reflects constitutional living, which is disconnected from the juriscentric view, and does not deny that other authorities can define and update the constitutional meaning.

KEYWORDS: Constitutional identity; constitutional culture; democratic dialogues democratics.

SUMÁRIO: Introdução; 1 A identidade constitucional: um processo heterogêneo de descobertas; 2 A cultura constitucional: um caminho a ser aberto por várias vozes; 3 Encontrando um caminho do meio através do ideal do “constitucionalismo democrático”; 4 Elementos integradores para conformar uma cultura constitucional através do “diálogo democrático”; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

Uma das problemáticas que se pretende enfrentar com o ideal do constitucionalismo democrático é “o reforço do signo de legitimidade da carta fundamental” para formação da identidade e da cultura constitucional, principalmente em ambiente constitucional em crise.

As questões que envolvem a identidade são complexas e multifacetadas. Os indivíduos que vivem em um país possuem muitas identidades¹. Além de se verem como cidadãos, eles também valorizam a sua participação nas comunidades em que estão inseridos – étnicas, linguísticas, tribais. Poucos são os países culturalmente homogêneos, a grande maioria é multi-diversificada. Tal pluralidade cultural apresenta forte senso de identidades que podem mobilizar politicamente os arranjos institucionais e possibilitar a formação de um novo consenso capaz de revitalizar o sentido constitucional.

1 ANDERSON, George; CHOUDHRY, Sujit; VITALE, David. Minority rights in culturally diverse societies. *Center for Constitutional Transitions at NYU Law*, p. 1-14, June 2014, p. 1. Disponível em: <<http://www.constitutionaltransitions.org/publications/minority-rights-in-culturally-diverse-societies/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

Este artigo não pretende explorar diretamente as questões substantivas que se relacionam com a identidade e nem com a cultura. No entanto, serão abordados os núcleos semânticos que caracterizam, de forma descritiva, a denominada “identidade constitucional” e como esta se inter-relaciona com a “cultura constitucional”.

A cultura constitucional se desenvolve a partir da solução integrada e compartilhada com as diversas identidades que compõem o Estado. Portanto, será ela a responsável por conectar a cidadania e as instituições públicas que se encarregam de aplicar a carta constitucional. E, para isso, deve se empregar o que se passa no plano político e jurídico para empreender a mudança constitucional.

A sua realização depende da atuação e interpretação que vêm do discurso plural, coletivo e social. Dessa forma, se uma constituição pretende ser democrática e promover o desenvolvimento de uma cultura constitucional, a imposição feita exclusivamente pela via jurisdicional não é capaz de promover a emancipação da pessoa constitucional.

O que suscita o convite para discutir as questões que envolvem as formas potenciais de pluralismo que possam estruturar e equilibrar este relacionamento, o qual conecta identidade com cultura constitucional pela via do “diálogo democrático”, sendo este último parte do que representa o “constitucionalismo democrático”.

A materialização dessa conexão pode vir por meio da conjugação do constitucionalismo político e jurídico que acomoda os meios judiciais e não judiciais das contestações, constituindo-se a própria da dinâmica da democracia. E se o papel da Corte for de implementar essa concepção a partir de um olhar estrutural, este construto serviria como alavanca para a promoção dos direitos e sua efetividade.

Neste contexto, o presente artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, será descrita a identidade constitucional como um processo heterogêneo de descobertas; na segunda, será explorada a “cultura constitucional” como um caminho a ser aberto por várias vozes; a terceira parte procura encontrar um caminho do meio através do ideal do constitucionalismo democrático cogitado por Post e Siegel; e, por fim, a última parte se ocupa de trazer os elementos integradores para conformar o desenvolvimento de uma cultura constitucional através do “diálogo democrático”.

A pesquisa foi operacionalizada pelo método hipotético, dedutivo e crítico, tendo como método um estudo comparativo e utilizando a técnica bibliográfica.

1 A IDENTIDADE CONSTITUCIONAL: UM PROCESSO HETEROGÊNEO DE DESCOBERTAS

Toda a identidade, incluindo a identidade constitucional, constitui um processo único, porque pode construir uma narrativa, bem como uma personalidade prática que lhe permite atuar como um singular agente no mundo (Benhabib, 2011, p. 1889).

As identidades nacionais se desenvolvem através de complexos processos heterogêneos de dissenso que variam de ambientes individuais e coletivos. É por isso que uma “comunidade constitucional idealizada” deve se esforçar para se adequar à comunidade local e, para tanto, não deve ser imaginada a partir de um ponto de vista global².

A textura aberta das normas constitucionais apresenta-se como elemento estruturante do sistema. Essa motivação surge do fato de que é permitida a entrada dos “diversos aspectos latentes” existentes no conjunto social, que, por sua vez, é denominado por *nomos*, segundo Cover (1983, p. 4). Esses conteúdos, em uma sociedade heterogênea, acabam por expressar vários sentidos de identificação por grupos diferentes, ou seja, vários *nomos*.

A união entre a constituição e a narrativa do universo normativo que rege uma determinada coletividade acabará por revelar outra questão igualmente importante, como a da identidade constitucional (Valle *et al.*, 2016, p. 58). Essa identidade é, em parte, o produto da negação e, por vezes, tem de ser definida perante outras identidades relevantes, incluindo as culturais dominantes ou minoritárias, para preservar a unidade e integridade do sujeito (Rosenfeld, 2012, p. 1961).

O caráter verdadeiramente constitutivo na organização da coletividade seria uma síntese de laços e elementos de identificação originários de uma nacionalidade ou cultura compartilhada. Será por meio dessa afinidade que serão conferidas as formas e os conteúdos aos compromissos que no

2 O denominado constitucionalismo transnacional possui cariz que se ampara nos valores legitimadores e substanciais definidos pelo consenso da comunidade das nações, o que o faz caminhar no sentido inverso do sentido tradicional, que situa sua fonte de valores nas pessoas da própria nação, no poder constituinte originário nacional (Gouvêa, 2016, p. 67).

texto constitucional venham a se manifestar ou que já estejam manifestos, incluindo aqueles alinhados aos direitos fundamentais.

Essa identidade, na visão de Rosenfeld (2003, p. 22-23), é “inevitavelmente forçada a incorporá-las, pelo menos de forma parcial para que possa adquirir sentido suficientemente determinado ou determinável”. Assim, quando mais ajustado o laço de reconhecimento da pessoa constitucional com o texto, maior a legitimidade da carta-base e, portanto, mais intenso o grau de sua efetividade (Valle *et al.*, 2016, p. 59).

Para ser significativamente integradas em uma ordem constitucional, as normas liberais em questão devem ser particularizadas e equipadas com as fragmentações reais da política vivida pelo indivíduo (Rosenfeld, 2012, p. 1961). Por exemplo, as reivindicações identitárias da população indígena dos países como a Austrália e Canadá não se comparam às da população indígena dos Estados Unidos. A adesão reflexiva de normas gerais pode causar um conflito cultural.

Para Valle e colaboradores (2016, p. 59), duas diferentes vertentes se apresentam: de um lado, é preciso que a pessoa constitucional se identifique com o texto e as suas preposições; por outro lado, essa mesma pessoa há de ter confiança na responsividade dessa ordem para preservar a pretendida identidade, incorporando aqueles elementos externos que venham a refletir mudanças havidas no *nomos*. Tem-se por envolvido, assim, o espectro de “sentidos” acerca dos pilares de construção do convívio coletivo.

A identificação entre sujeito e constituição – existindo de forma originária ou refletida no momento fundante daquele Estado-Nação, ou até mesmo nos momentos de reformas em decorrências de crises – acaba por admitir a possibilidade de quebra dessas duas vertentes, que são construídas em decorrência do inevitável transcurso do tempo e das transformações que ele possa trazer.

O acatamento a uma decisão quanto ao sentido da constituição divergente do posicionamento de seus destinatários, ainda que parte deles decorrente de uma nova recepção de identidades relevantes que competem pelo reconhecimento, só será possível se existir a confiança de que este equacionamento possa ser contrastado mediante um exercício racional de crítica e reformatação. (Valle *et al.*, 2016, p. 59)

Esse exercício advém do comportamento social que representa aspirações que possam conformar uma mudança social a ser reconhecida pelo

sistema normativo e que promova sua atualização de sentido, preservando todas as identidades que competem entre si e permitindo que elas se vejam, em algum momento, recepcionadas pela identidade constitucional.

A identidade constitucional, para Rosenfeld (2012, p. 1947), se forma a partir de um *gap* que deve ser preenchido por um processo dinâmico e permanente, da recombinação e reconstrução de determinadas matérias relevantes. A noção pode conotar comunidade, unidade e harmonia conectada de forma contínua e dialética com o individual, plural e universal, porque a constituição não é fixa ou estável e parece amarrada a um sentido perpétuo de *gaps* (Rosenfeld, 2012, p. 1968).

Dadas as dificuldades próprias do sistema, a responsividade do texto e a confiança na capacidade que a carta tenha em se atualizar, há de se materializar por outros caminhos que não a interferência direta e literal do texto (Valle *et al.*, 2016, p. 60). Esse elemento, relacionado com a possibilidade de mudanças e interferências, está no eixo central do conceito de “constitucionalismo democrático”, desenvolvido por Post e Siegel³, uma vez que afasta o isolamento cognitivo para desenvolver a preocupação genuína com o outro.

Os problemas sociais e as crises do Estado envolvem diferentes setores da população – instituições, atores sociais, pessoas constitucionais – e exigem soluções integradas e compartilhadas para, posteriormente, partir para o estudo, a análise e os planos de ação que poderão incorporar todas as expectativas e possibilidades concretas, bem como os múltiplos fatores que representam os problemas policêntricos. A seguir, buscar-se-ão as respostas que melhor se adequem – seja no sentido minimalista, seja no sentido macro – à situação problematizada. E por que encontrar esse caminho? Pois, se a eficácia constitucional é o objetivo, a construção há de ser gradual, inclusiva e contextualizada.

3 Tendo em vista a variedade de conceituação e com o intuito de distinguir o conceito de “constitucionalismo democrático” cogitado exclusivamente por Post e Siegel, serão utilizadas aspas quando a expressão se referir à proposição teórica dos referidos autores. Essa proposição foi inicialmente apresentada por Post (POST, Robert. Democratic Constitutionalism and Cultural Heterogeneity. *Australian Journal of Legal Philosophy*, 2000. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=229161>>. Acesso em: 15 ago. 2014) e posteriormente acompanhado de Siegel (POST, Robert; SIEGEL, B. Reva. Democratic constitutionalism. In: BALKIN, Jack M.; SIEGEL, Reva (Ed.). *The Constitution in 2020*. Oxford University Press, 2013. p. 25-34. Disponível em: <http://www.constitution2020.org/chapters/3_Democratic%20Constitutionalism.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2104). Há também algumas percepções dessa categoria no texto POST, Robert; SIEGEL, Reva. Roe rage: democratic constitutionalism and backlash. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, v. 42, p. 389, 2007. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/169?utm_source=digitalcommons.law.yale.edu%2Ffss_papers%2F169&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages>. Acesso em: 15 nov. 2013 (Gouvêa, 2016, p. 83).

E, assim, se desenvolve a denominada “cultura constitucional”, a partir da integração das várias identidades constitucionais e o Estado na busca da solução dos problemas.

2 A CULTURA CONSTITUCIONAL: UM CAMINHO A SER ABERTO POR VÁRIAS VOZES

A cultura constitucional só pode ser construída tendo como base o consenso social, uma vez que acaba por definir quais são os entendimentos e as práticas de argumentação que guiam as interações entre os cidadãos e as autoridades em matéria de significados constitucionais (Ross, 2015, p. 519-585). Nesse sentido, fica claro que a vontade do povo é o fundamento da autoridade governamental, onde todos os indivíduos têm o direito de fazer parte do sistema. O que nos ajuda a entender a conexão entre a democracia e o constitucionalismo para revitalizar o significado constitucional.

O universo que circunda a almejada “cultura da democracia” ou “cultura política” está contido na definição de “cultura constitucional”. Não existe uma definição aceita do que vem a ser entendido por cultura constitucional e as perguntas que geralmente giram em torno do conceito são: como conectar “constituição” e “cultura”; o que pretende explicar ou entender. No entanto, existe uma intuição inicial de que a constituição está, de alguma forma, intimamente ligada à cultura. (Vorländer, 2012, p. 21).

Vorländer (2012, p. 22-24) sugere que seria possível pensar que as normas constitucionais surgem direta ou indiretamente das circunstâncias culturais e essas normas se realizam dentro dessa cultura. O que significa dizer que as constituições não se tornam válidas pelo simples fato de terem sido legalmente instituídas pelo poder constituinte.

Constituição e cultura estão intrinsecamente unidas, eis que para além do texto existe um contexto de práticas que é saliente a esse texto e a sua formulação. Bem como a sua interpretação e o desenvolvimento se conectam com a definição dos costumes locais.

Com o avanço das “democracias constitucionais”, a constituição torna-se um fórum onde se discute sobre as realizações das identidades que estão fundamentadas em duas premissas: a política que é uma atividade fundamentalmente social, baseada em uma rede de significados socialmente construídos, que está sujeita a suas preferências, restrições e instruções; em segundo lugar, as culturas incorporam os significados sociais a partir de

suas práticas políticas e esta é uma característica que distingue as sociedades (Vorländer, 2012, p. 25).

Portanto, pode-se compreender a cultura política como a combinação de valores e opiniões solidificados, bem como as formas de pensamento e padrões de comportamentos para incluir as ideias normativas sobre as bases sociais da ordem jurídica (Vorländer, 2012, p. 29).

Para Siegel (2006, p. 1323-1419), cultura constitucional denomina a compreensão do papel e das práticas argumentativas que a cidadania e as instituições públicas encarregadas da aplicação da carta empregam para negociar a distinção entre o que se passa no plano da política e do direito, quando se busca empreender a mudança constitucional. Ou seja, os entendimentos do papel e das práticas de argumentação entre as pessoas constitucionais e o Estado nas questões relacionadas ao significado constitucional.

As pessoas constitucionais procuram regularmente a mudança por meio dos procedimentos legislativos ou fora deles. Assim, os agentes públicos, encarregados de fazer cumprir a constituição, muitas vezes agem com o intuito de trazer respostas a essas reivindicações.

Em uma constituição, as ideias fundamentais da comunidade política encontram expressão simbólica (Vorländer, 2012, p. 27). As formas simbólicas são responsáveis pelas transformações destas em algo concreto e válido. Assim, os símbolos não podem ser reduzidos a funções pré-constituídas, uma vez que são “veículos da criação de significados”, os quais serão traduzidos em interpretações, propósitos e ações.

São os contextos culturais e históricos que validam sua posição, seu *status* e seu conteúdo, e a sua realização depende da atualização e interpretação que vêm do discurso público.

Cover (1983, p. 8) já havia sinalizado que a criação do significado constitucional ocorre sempre através de um meio essencialmente cultural. O Estado não é simplesmente o “criador” da definição do conteúdo da carta – o processo é coletivo e social. Pode-se dizer que: o governo é um dos atores para a geração e implementação das normas; as comunidades e minorias ignoradas ou desprezadas pelo governo criam e sustentam normas com tanta legitimidade quanto o governo; a imposição de normas impostas exclusivamente pelo Estado gera violência e desestabilização na comunidade.

A cultura constitucional permeia uma gama de questões importantes que pode incluir: as disposições regulares de um documento escrito; a criação de instituições do governo e o estabelecimento de limites sobre sua atuação; a crença de que o documento é criado pelos cidadãos; o conhecimento de que suas disposições podem ser alteradas ou revogadas; entre outras (Mazzone, 2005, p. 672). Conecta-se com uma implicação tanto como pilar de organização da sociedade quanto também compreende sua mutabilidade como atributo indissociável da carta.

Se a cultura constitucional está ligada à cultura e as suas práticas políticas relacionam-se com a não observância das condições dessa mesma cultura, pode se ter aí um descuido grave, eis que os princípios e as instituições do governo constitucional valeriam pouco mais que uma carta de papel. O sentimento constitucional supõe a implicação do ordenamento jurídico com a ideia de justiça que o inspira e ilumina (Verdú, 2004, p. 53). Dessa forma, para Verdú, “sentir juridicamente” significa implicar com o direito vigente, no todo ou em parte dele, de forma positiva ou negativa.

3 ENCONTRANDO UM CAMINHO DO MEIO ATRAVÉS DO IDEAL DO “CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO”

O ideal de constitucionalismo é abstrato demais para permitir uma comparação frutífera de modelos institucionais, princípios para denominar o “estado de direito” ou configurações matriciais dos direitos fundamentais. O contexto histórico e evolutivo de cada identidade constitucional é muito exclusivo para permitir generalizações (Rosenfeld, 2012, p. 1952).

Nesse sentido, de acordo com Siegel (2006, p. 1323-1419), não se tem em conta a percepção subjetiva do que envolve o sujeito e o texto, mas, sustenta a autora, uma constituição democraticamente responsiva deve congregar a possibilidade de interação entre o governo e as pessoas constitucionais. Nessa medida, o engajamento popular com as questões constitucionais pode contribuir para a confiança da comunidade, e isso acaba sendo uma interpretação de prática contínua.

A deliberação coletiva possui atributos de comprometimento que dependerá do processo legislativo constitucional. Isso ocorrerá porque a democracia não é simplesmente um processo de agregação de preferência ou de resolução de litígios, mas uma forma de organização social que valoriza o envolvimento das pessoas no processo de construção coletiva, criando sentidos que: ajudam a estabelecer os significantes constitucionais e suas

importâncias; permitem o diálogo com as instituições democráticas e com os poderes constituídos; ampliam a capacidade de interpretação dos signos constitucionais; forjam os significados por meio dos quais os indivíduos e a comunidade possam expressar sua identidade e infundem questões práticas com significados simbólicos para que eles possam reivindicar valores por meio do qual se definem.

O envolvimento popular na deliberação *verte vida* coletiva com os tipos de *nomos* que ajudam a constituir uma comunidade com suas reais forças de poder (Siegel, 2006, p. 1323-1419). Esse processo de formação de identidade coletiva constitui uma fonte de autoridade democrática da constituição.

O sistema precisa de outras formas de participação para assegurar que essa autoridade possa desempenhar seu papel, ou seja, permitir o acesso aos atos fundacionais da legislação, o que consequentemente leva à compreensão da política. Essa expectativa, para Siegel (2006, p. 1323-1419), dá origem a dois tipos de responsividade democrática: a crença de que é possível e necessário para os cidadãos poderem influenciar as autoridades encarregadas de fazer cumprir o texto-base, encorajando grupos de mobilização; ao mesmo tempo que motivam as formas de relacionamento uns com os outros e entre as elites políticas. Assim, sustentam a legitimidade do governo e a solidariedade⁴ de uma comunidade heterogênea normativamente.

A mudança constitucional, operacionalizada por meio do desenvolvimento da cultura constitucional, fornece entendimentos sobre o papel e as práticas de argumentação que moldam a forma como as pessoas constitucionais e os poderes se envolvem nas descobertas dos significantes constitucionais.

Dessa maneira, fornecer práticas de argumentação que possam canalizar o dissenso e gerar novas alegações sobre o significado de uma tradição compartilhada acaba por permitir uma retroalimentação sobre os entendimentos constitucionais e permite uma abertura de novos fundamentos sem a intermediação do processo legislativo constitucional.

4 A solidariedade pode, então, ser conceituada como a qualidade que induz ao propósito de propiciar a todo homem os meios de realização de sua plenitude, devendo ser considerada, na sua dimensão objetiva, como valor superior, como princípio de organização de poderes em sua estrutura e funções, aqui se situando os serviços públicos de cooperação para o desenvolvimento e como fundamento de direitos (Martinez, 1999, p. 272).

Todos querem viver uma constituição que reflita seus valores. E, mesmo em tempos de conflito, pode-se ver os contornos da comunidade na própria prática de contestação constitucional. Os cidadãos, divididos em visão, estão unidos na luta para moldar as condições da vida coletiva (Siegel, 2006, p. 1323-1419).

Insurgências sociais rasgam o “tecido social”, pois buscam inflamar controvérsias constitucionais por meio de uma voz que divide a nação e ameaça entendimentos e acordos já assentados. No entanto, mesmo que o façam, esses movimentos sociais podem atuar como uma força normativa construtiva na definição de sentidos constitucionais e na formação da tradição democrática. Sustentam a vitalidade normativa da ordem constitucional sobre o curso do que será promovido a partir de sua instituição, afirmando-se, nas palavras de Siegel (2006, p. 1323-1419), “que os princípios fundamentais da nação requerem um desafio que será moldado e aperfeiçoado nas práticas”.

O grande objetivo das forças dissidentes é garantir um espaço legítimo para disputar as questões de significado, tornar audível suas reivindicações e, finalmente, garantir que elas tenham força de lei e se façam cumprir. Para Siegel (2006, p. 1323-1419), as contestações constitucionais que ocorreram na história americana, por exemplo, desafiaram as declarações oficiais do governo e têm trabalhado para revitalizar o sistema em vez de miná-lo.

A prática de negociar conflitos sobre os termos da vida coletiva, por referência a uma tradição constitucional comum, cria na comunidade um sentimento de luta sobre o construir desta tradição e pode reforçar o direito, permitindo que a nova pronúncia seja realizada com um diálogo mais profundo e com as preocupações e os compromissos por quem eles falam (Siegel, 2006, p. 1323-1419).

Conciliar a “cultura constitucional” que circunda um saber prático de mediações das distintas visões sobre o modo de estruturação de organização de convívio, por meio do texto constitucional, acaba por decorrer no empoderamento e não no esvaziamento do texto constitucional (Valle, 2015). Nesse sentido, ela é a fundação do convívio e, portanto, por meio dela o convívio deve ser regulado.

Assim, mesmo que os Tribunais Constitucionais tenham capacidade para regularmente tentar estabilizar o significado da constituição, pronunciando o direito constitucional, os cidadãos e as organizações democráticas

saberão como desafiar as condições pelas quais esses Tribunais interpretam a carta fundamental.

Para Valle (2015), a lógica da “cultura constitucional” não tem o Judiciário por destinatário primário, citando Siegel (2006, p. 1323-1419), que, a todo momento, alude à prática⁵ entre a sociedade e os *public officials* (e não os juízes). Se o legislador acolhe essa visão juriscêntrica e traduz no código do direito, corre o risco de conduzir a um esvaziamento da política.

Na contradita, tem-se que a matéria possivelmente não se judicializaria se os *public officials* dessem resposta institucional (Valle, 2015). O que também leva a crer que, se o papel da corte for de implementar uma cultura constitucional, a partir de um olhar “estrutural”, esse construto serviria de alavanca para promoção dos direitos e de sua efetividade.

Para Valle (2016, p. 60), a construção é sutil, pois, se a constituição espelha a coletividade, em que a pessoa constitucional se insere, seu reconhecimento nela permitirá ampliar sua própria legitimidade e, por conseguinte, a autoridade das decisões (judiciais ou não) que nela se fundamenta. Essa solução estará mais apta para representar uma resposta institucional adequada aos estímulos externos que sobre ela incidam. A um só tempo, o texto mantém um diálogo com seus múltiplos sujeitos e protege sua identidade – síntese de muitos signos representados pela coletividade.

Para Minow (2006, p. 1455-1463), esses contornos são essenciais para delinear os traços da argumentação, investindo nessa cultura com uma dupla importância: meio de atualização de sentido e valorização do discurso a partir da constituição, já que será a carta que vai estabelecer as estruturas em que os direitos substantivos serão identificados como constitucional.

Para enfrentar essas questões, que geram inquietudes entre as diversas identidades constitucionais e o desenvolvimento de uma cultura constitucional, é necessário construir um método de trabalho em que se recepcione tanto a técnica quanto a percepção plural.

Essa técnica se foca nos elementos que são constitutivos do “constitucionalismo democrático” desenvolvido por Post e Siegel (2013, p. 26) – a contestação, persuasão e formação do novo consenso –, pois esses não só envolvem a incorporação do dissenso, como percebem que a divergência

5 Essa prática é exercida pelos movimentos sociais.

interpretativa é uma “condição normal” para o desenvolvimento de um estado constitucional democrático.

4 ELEMENTOS INTEGRADORES PARA CONFORMAR UMA CULTURA CONSTITUCIONAL ATRAVÉS DO “DIÁLOGO DEMOCRÁTICO”

De acordo com Barros e colaboradores (2007, p. 40), algumas questões substantivas e formais de uma constituição apresentam relevantes desafios, o que pode vir a afetar de forma direta sua estabilidade e durabilidade. Entre eles, os mais frequentes encontram-se na distribuição de poder entre Legislativo, Executivo e Judiciário; no federalismo *versus* descentralização; na distribuição de receitas; nos direitos fundamentais, incluindo questões sensíveis, como religião, casamento homossexual, aborto; na equidade de gêneros, entre outros.

Uma resposta para atenuar esse problema pode vir da “comunidade política”, que é capaz de auxiliar esse processo constitutivo a partir dos elementos integradores que compõem o constitucionalismo democrático. Dessa feita, a abertura de espaços políticos tende a ser um caminho para a formação do novo consenso. O efeito, por ser transformador, conduz não só às mudanças de crenças, mas também de padrões de interação (Barros *et al.*, 2007, p. 37-38).

O “constitucionalismo democrático” pode ajudar a construir respostas para algumas das perguntas complexas elaboradas por Barros e colaboradores (2007, p. 48-49), entre elas: Há alguns tipos de estruturas institucionais mais eficazes do que outras na execução das tarefas de governar?

A capacidade de conformar o dissenso, encontrada nessa categoria de constitucionalismo⁶, acaba por fornecer estratégias e arranjos que podem favorecer o desenho institucional, úteis ou necessários a diversas realidades sociais, históricas, culturais e econômicas.

De acordo com Pruitt e Thomas (2008), essa pode ser a representação do que se define universalmente como “paz sustentável”, que é aquela que

6 Tendo em vista a variedade de conceituação e com o intuito de distinguir o conceito de “constitucionalismo democrático” cogitado especificamente por Post e Siegel, serão utilizadas aspas quando a expressão se referir à proposição teórica dos referidos autores. Ver POST, Robert C.; SIEGEL, B. Reva. Democratic Constitutionalism. In: BALKIN, Jack M.; SIEGEL, Reva (Ed.). *The Constitution in 2020*. Oxford University Press, 2013. p. 26. Disponível em: <http://www.constitution2020.org/chapters/3_Democratic%20Constitutionalism.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2104.

empodera as pessoas e as ajuda a adquirir habilidades e a criar instituições para gerir, de forma pacífica, os diferentes e, por vezes, conflitivos interesses.

Em todo o mundo, o diálogo é considerado a ferramenta por excelência para abordar e, na medida do possível, resolver as diferenças objetivas e subjetivas que geraram o conflito inicial, principalmente quando já instaurada a crise política.

Para os autores, trata-se de um método democrático, cujo objetivo consiste em resolver problemas mediante concessões e entendimentos mútuos, e não mediante a imposição unilateral dos pontos de vistas e interesses de uma das partes. E a democracia⁷, como um sistema de governo livre, constitui um marco para o diálogo organizado e contínuo.

Nessa compreensão mais positiva, o diálogo sobre a atualização de sentido constitucional surge nos mecanismos de respostas compartilhadas, o que permitirá um processo dinâmico de retroalimentação que será realizada entre as instituições e outros atores constitucionais.

A partir dessas concepções que envolvem o diálogo, Bateup (2005, p. 1-85) define quatro teorias que se encaixam nesse processo: a teoria coordenada de construção; a teoria dos princípios judiciais; a teoria do equilíbrio; e, por fim, a teoria compartilhada.

As teorias estruturais mais diretas do diálogo são aquelas baseadas na construção coordenada, cuja ideia de interpretação é realizada por cada um dos poderes de forma independente e sem hierarquia, considerando que o conjunto dessas visões refletem o significado da constituição. Esse formato é a concepção mais antiga de interpretação constitucional como um mecanismo compartilhado entre os Tribunais e os poderes políticos. Nessa visão, a interpretação da constituição deve ser primariamente realizada por todos os poderes, uma vez que diz respeito à suas próprias funções.

Na visão contrária, os autores Neal Devins e Louis Fisher (1998, p. 83-106) propõem um modelo em grande parte descritivo do diálogo constitucional, o qual não envolve a completa descentralização da autoridade interpretativa, mas sugere que o Judiciário e os outros poderes interajam de forma dialógica para moldar o significado da constituição. Afastam-se os

7 O conceito de democracia cooperada, assim definida por Gouvêa, se alinha mais com esse propósito. Ela é fim e meio ao mesmo tempo. Fim porque vai acomodar os fundamentos de uma sociedade igual e participativa e meio porque vai exigir uma variação de intérpretes para sua realização e promoção do desenvolvimento humano (Gouvêa, 2016, p. 57).

possíveis problemas de divergências, uma vez que o processo é interativo. As partes podem rever determinadas questões já litigadas no Tribunal, a fim de solicitar sua reconsideração, pois essas são abertas a outros diálogos e não são definitivas.

Pode, por exemplo, a jurisdição pronunciar suas “opiniões” e “promover os debates” sobre o signo que se destina a reconsideração, não havendo necessariamente a promoção em si do direito. Essas “opiniões” podem ser incorporadas pelas esferas democráticas – Legislativo e Executivo e o resultado desse processo interativo –, do qual nenhum poder possui a palavra final e que está em constante formação é denominado “diálogo institucional”, pois este é capaz de chegar a um consenso sobre as questões constitucionais.

Para Bateup (2005, p. 1-85), essa prática, além de descrever uma dinâmica positiva da interpretação constitucional, é também desejável para a permeabilidade do significado constitucional a ser desenvolvido ao longo do tempo.

Seja em suas dimensões descritivas e normativas, coordenar essa construção tem uma série de benefícios. Devins e Fischer (1998, p. 83-106) propõem um modelo em grande parte descritivo e que não envolve a completa descentralização da autoridade interpretativa. Sugere que o Judiciário e os outros poderes comuniquem-se para moldar o sentido da carta. Tendo em conta que a maioria da teoria constitucional normativa começa a partir da premissa da supremacia judicial, essa é uma consideração, de fato, importante.

Essa construção coordenada também faz elidir as preocupações sobre a legitimidade democrática da revisão judicial. Não importa a forma de adjudicação, esse é um processo que permite que o Tribunal não eleito tenha a palavra final, pois suas decisões estão sujeitas a revisões políticas contínuas. O objetivo final desse entendimento é chegar a melhores e mais duráveis respostas e amplamente aceitas sobre o viver constitucional. A visão crítica dessa teoria refere-se à competitividade, ou seja, a concorrência mútua que se instaura sobre o conteúdo constitucional nesse diálogo. Essa disputa é devido à posição central ocupada pelo sistema de freios e contrapesos, que sugere que o consenso só é alcançado quando o processo político entra em curso.

Contrária à teoria anterior, a teoria dos princípios jurídicos acaba por promover o reconhecimento de que o Judiciário possui uma competência

institucional voltada para decidir questões relacionadas aos princípios jurídicos (Silva *et al.*, 2010, p. 95). Os resultados são determinados de cima para baixo, os quais devem ser respeitados pelas instituições, pois o papel jurisdicional é privilegiado.

Segundo Bateup (2005, p. 1-85), Alexandre Bickel (1986) foi o primeiro teórico a propor um diálogo baseado em um papel forte da jurisdição com relação às definições de princípios, considerando que o Judiciário possui uma habilidade especial para preservar, proteger e defender esses fundamentos normativos devido ao seu isolamento político. E, nesse caso, será a ponderação que definirá a constitucionalidade dos princípios no contexto dos casos concretos, o que acaba por conferir aos Tribunais uma capacidade de pensamento mais sóbrio.

Bickel reconheceu que o Congresso e o Executivo podem estar melhor situados com relação ao contexto social, uma vez que estão mais próximos da sociedade. Por isso, os juízes podem proclamar os significados dos princípios, pois terão aceitação geral e generalizada em um futuro previsível. O seu papel é educativo⁸.

Essa combinação de sistemas diferentes acaba resultando em decisões judiciais provisórias, iniciando um debate permanente sobre o significado constitucional. Os ramos eleitoralmente responsáveis fazem uma escolha política sobre determinado assunto e o Tribunal avalia a opção, aceitando ou rejeitando por razões principiológicas. Como resultado desse processo dialético, o que emerge é a moralidade política muito mais autocrítica.

Semelhante a outras teorias estruturais, essa concepção de diálogo é bem-sucedida quanto às preocupações de legitimidade. As decisões estão sujeitas às respostas e revisões democráticas inclusive, com referência à capacidade política do povo que é encorajado a participar do contexto da definição de sentidos constitucionais.

Apesar de ser um importante fórum, a jurisdição, principalmente a constitucional, em sua interpretação, deve considerar, de forma maximalista, as questões práticas, uma vez que também tem o propósito de imple-

8 Essa aproximação pode evitar possíveis reações com efeito *backlash* contra a resposta dada pela jurisdição, como, por exemplo, “reescrever a legislação anulada” pela via das emendas constitucionais. A Carta Canadense contém uma solução inovadora – o disposto na seção 33 da denominada *Canadian Charter of Rights and Freedoms* confere ao parlamento e às assembleias provinciais a prerrogativa de, excepcionalmente, relativizar decisões judiciais que, fundadas em garantias previstas na Carta, afastem ou possam afastar a legislação infraconstitucional (Santos, 2013, p. 10285-10313).

mentar com sucesso a constituição. Essa análise é uma função coletiva que exige o envolvimento de outras instituições. Apesar de ser dialógica, essa concepção considera que o Poder Judiciário possui habilidades superiores em relação à interpretação dos princípios, continuando a ser juriscêntrica – o papel parlamentar é meramente passivo ou reativo.

A teoria do equilíbrio proporciona uma forma alternativa de conceber o papel da jurisdição no diálogo constitucional, não privilegiando a jurisdição constitucional como “guardiã da constituição”. Ela tem o principal objetivo de promover uma discussão social que acaba por conduzir a um equilíbrio constante sobre o conteúdo constitucional.

Esse debate tem sido enunciado por Friedman (2005, p. 257-337), Post e Siegel (2013). Para Friedman, segundo Bateup (2005, p. 1-85), esse diálogo é mais positivo, pois é explicitamente fundamentado nos estudos das ciências sociais a respeito das interações entre o Judiciário, as instituições democráticas e as pessoas.

Como as decisões judiciais desempenham uma função importante no sistema constitucional, isso acaba servindo para despertar ou continuar uma discussão nacional mais ampla sobre a temática. E, nesse sentido, pode a jurisdição constitucional atuar como agente catalisador e facilitador do debate por meio de canais ativos e promover a abertura da arena com diferentes atores, sintetizando os vários e possíveis pontos de vista.

Muito embora essa teoria não resolva completamente as preocupações sobre as dificuldades contramajoritárias, é mais bem-sucedida que qualquer das alternativas anteriores, pois postula um papel dialógico substantivo para o sistema judicial. O papel de catalisador promove o debate social e reconhece que a Corte não é mais uma voz, mas se envolve ativamente em uma troca generativa que conduz a um equilíbrio constante sobre o sentido constitucional, acabando por auxiliar nas repostas que serão mais amplamente aceitas e duradouras. E por que cogitar o “diálogo democrático” na Corte Constitucional?

O termo “diálogo democrático” foi cunhado por um grupo de instituições [*Agencia Canadiense de Desarrollo Internacional (ACDI)*, *Instituto Internacional para la Democracia constituição la Asistencia Electoral (IDEA)*, *Secretaría General de la OEA (SG/OEA)*, *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)*], tendo sido utilizado na América Latina e na

região do Caribe para destacar tanto a relevância do diálogo quanto o fortalecimento das instituições democráticas (Gouvêa, 2016, p. 86).

A forma que a interlocução funciona atrai uma ampla variedade de atores sociais a participar das conversações que conduzam a uma mudança positiva (Pruitt; Thomas, 2008). Chegou-se à conclusão de que essas conversas são essenciais aos processos inclusivos, porque são suficientemente abertas, sustentáveis e flexíveis e podem adaptar-se a contextos flutuantes.

Para Pruitt e Thomas (2008), os tomadores das decisões são as pessoas que têm a responsabilidade formal de abordar os desafios que enfrentam a sociedade em vários níveis: local, nacional, regional e global, desempenhando um importante papel nesses processos e em seus resultados.

Na América Latina e no Caribe, utilizava-se expressamente esse termo para que a proliferação do diálogo tivesse como foco a governabilidade democrática e três critérios ajudam a diferenciá-lo (Pruitt; Thomas, 2008): (i) o objetivo é abordar os problemas sociais complexos que as instituições existentes não estão atendendo de forma adequada; (ii) os participantes são microcosmos do sistema que cria o problema e que devem fazer parte da solução; (iii) o processo é um diálogo aberto e inclusivo, que permite a construção da confiança necessária para alcançar acordos sobre ações concretas. Nesse sentido, o intuito, para além de conformar a constituição, é prover o seu desenvolvimento.

O “constitucionalismo democrático” é espécie do constitucionalismo dialógico e possui mecanismos de construção e atualização de sentido do texto constitucional que está alinhado com o caráter compartilhado e progressista da estratégia de constrição do poder, investindo a constituição como seu instrumento (Valle *et al.*, 2016, p. 61-66).

Essa categoria pode ser considerada o reforço do signo de legitimidade do texto fundante por meio de seus elementos, ou seja, da contestação, da persuasão e do consenso, e são ferramentas constitutivas para a responsividade (Valle *et al.*, 2016, no prelo), estes devem estar centrados no processo de tomada de decisões que está conectado ao “diálogo democrático” idealizado pelos organismos internacionais.

Se o foco é a busca de possíveis soluções para os desafios, podendo resultar na redução da violência, no aumento da probabilidade de compromisso cívico, no sentido de inclusão, na identidade e no desenvolvimento

da cultura constitucional, há de se dar preferência por uma experimentação que seja capaz de conduzir a respostas compartilhadas.

Desse modo, é possível conformar o “diálogo democrático” – uma das propostas de conciliação dos organismos internacionais com o “constitucionalismo democrático”, cingindo seus elementos caracterizadores: o diálogo com a contestação, a deliberação com a persuasão e a tomada de decisões com a formação do novo consenso, com vista a aprimorar o processo.

A contestação⁹ pode ser considerada uma objeção ou um desafio em relação à concepção vigente acerca do conteúdo das cláusulas constitucionais e é elemento verdadeiramente constitutivo do “constitucionalismo democrático”. A partir dessa concepção, que se tenha por assentado como significado da carta que se poderá empreender a sua ressonância com a visão constitucional (Valle *et al.*, 2016, p. 63), o diálogo representa a reunião de muitas vozes, histórias, perspectivas, exploração, indagação, descobrimentos compartilhados, uma permissão ampliada para fomentar o respeito e o entendimento para a formação de significado comum e de construção do conhecimento.

O exercício da contestação não será, por si, suficiente para promover a identificação que expresse a visão constitucional, mas há de se somar com o empreendimento da persuasão. Uma técnica de convencimento em favor de uma nova leitura do texto e aqui, como dito por Valle e colaboradores (2016, p. 64), com dois distintos elementos que hão de se encontrar: o alcance da percepção de sentido da carta-base que a realização da contestação oferece, constituindo um papel extremamente útil a respeito da eventual função contramajoritária a se desenvolver na jurisdição constitucional; e a autoridade dessa argumentação, que está sujeita a um debate inclusivo e ampliado, como é característico das teorias dialógicas de Bateup.

Inicialmente, é preciso conhecer os termos que a contestação se apresenta: Qual o objeto da divergência? Qual o novo sentido que se pretende ver firmado? Quais as razões para o afastamento da leitura mais tradicional? Para Valle e colaboradores (2016, p. 64), todos esses são questionamentos próprios ao momento da reformulação da contestação em si.

9 Tem especial lugar no projeto de Post e Siegel a participação dos movimentos sociais que por sua própria articulação revelar-se-ão aptos a promover essa contestação de forma mais estruturada, seja no plano do debate anterior à judicialização, seja no domínio do contencioso judicial (Valle *et al.*, 2016, p. 63).

No plano da persuasão, abre-se o espaço para o exercício argumentativo em favor da nova posição preconizada por aquele que suscita a divergência e também para as contribuições de outros interlocutores que possam manifestar interesse em participar do debate constitucional. O mecanismo há de contemplar a divergência como alternativa e a persuasão como estratégia possível de câmbio da compreensão vigente. A deliberação contemplaria os razoáveis argumentos, as análises das possíveis soluções, a averiguação detalhada das vantagens e desvantagens e o juízo informado (Valle *et al.*, 2016, p. 63).

Se essa prática do “constitucionalismo democrático” se revelar suficiente, o resultado revelará a formação do (novo) consenso em torno da proposta veiculada pela objeção, restaurando a harmonia entre a visão constitucional e a *constitutional law*. No âmbito da tomada de decisões, as respostas são móveis, podendo vir da autoridade constitucional, do consenso, do voto e das instituições democráticas.

Segundo Minow (2006, p. 1457), essa prática não converte todos os atos de persuasão em reformas jurídicas, uma vez que o conjunto de ideais ou conceitos, com o fim de persuadir, pode levar a limitações lógicas ou de coerência. Essa é uma obviedade que é própria da prática constitucional, estando sujeita a constante e infinita contestação.

Há de se destacar que, na abertura dessa categoria de constitucionalismo, o exercício da contestação, persuasão e formação de novo consenso é constitutivo do processo e atributo cíclico – e é o único mecanismo apto a conferir a desejada legitimidade à nova configuração de sentido (Valle *et al.*, 2016, p. 64) e de promoção de uma carta constitucional que se pretende emancipadora, transformadora, inclusiva e apta à nutrição do desenvolvimento para o presente e futuro.

Essa concepção está voltada especificamente para a prática democrática como um todo e não para a jurisdição constitucional, eis que o seu desenvolvimento não vai ocorrer necessariamente dentro da Corte, mas em qualquer canal democrático.

O espaço para a contestação é o espaço aberto ao dissenso, aqui uma aproximação com o *gap* enunciado por Rosenfeld (2012, p. 1947) no item anterior.

Contestar é divergir e tentar encontrar respostas nas instituições que fazem parte da estrutura constitucional. Parte-se desse elemento – que vai

se distanciar da visão constitucional e da identidade constitucional para possibilitar o desenvolvimento da atualização de sentido do texto.

A contestação e o dissenso são o que deflagram o exercício permanente de atualização de sentido e há de ser valorizado, tendo em vista que é a única maneira de interferir na compreensão constitucional que está se desenvolvendo na Corte, nas repartições públicas e no Legislativo (Gouvêa, 2016, p. 91).

Esse método, para ser considerado democrático, tem que encontrar lugar onde seja permitida a realização do exercício persuasório – que contempla várias perspectivas sobre o mesmo problema e vai possibilitar o mapeamento do “real” dissenso e uma decisão que seja adequada a contemplar a peleja deflagrada e formar o novo consenso.

A visão dialética é essência e construto que decorre da autoridade constitucional, o que pode resultar em novo dissenso e nova contestação. E isso reflete o viver constitucional que está desconectado da visão juriscêntrica e que não nega que outras autoridades possam definir o significado constitucional.

CONCLUSÃO

Muito embora identidade constitucional e cultura constitucional tenham conceitos distintos, a segunda nasce direta ou indiretamente das circunstâncias culturais que se realizam por meio das várias identidades e acabam se conectando, eis que existem em um contexto de práticas que é saliente ao texto.

A cultura constitucional, neste contexto, diz respeito ao desenvolvimento constitucional que se estabelece depois do texto, uma vez que a carta é um organismo e que por meio de vários signos formará sua própria cultura. A sociedade cunha a sua própria compreensão do texto a partir de sua vocalização diária e essa “cultura constitucional”, uma vez consolidada, acaba por gerar uma pressão que afeta os agentes públicos.

A junção de forças dos elementos integradores do “diálogo democrático”, que se alinham com os propósitos oferecidos pelo “constitucionalismo democrático”, principalmente em um ambiente que pretende conformar as diversas identidades constitucionais e o desenvolvimento progressivo de uma cultura constitucional, pode garantir níveis desejáveis de efetividade em uma carta constitucional.

As teorias dialógicas apresentadas acabaram por fazer refletir qual a maneira mais promissora de se constituir um diálogo institucional que privilegia as instituições e a democracia. Muito embora, por conta do sistema normativo, o papel mais forte advém do sistema judicial no constitucionalismo moderno, a combinação da parceria e do compartilhamento acaba por permitir uma maior efetividade na implementação dos direitos. Essa visão permite uma compreensão mais abrangente dos diferentes aspectos institucionais e sociais no diálogo constitucional e das diferentes formas de participação dos atores na busca do significado constitucional.

O desafio que permanece é pensar quais mecanismos permitem que esta visão do diálogo seja mais amplamente alcançada em um sistema constitucional democrático.

O “diálogo democrático” permite congregiar importantes objetivos prescritivos, eis que: aposta no caráter instrumental da constituição para sua efetivação; no dissenso, a divergência interpretativa é condição normal para o desenvolvimento do *constitutional law*; concilia constituição e democracia; está focado no exercício para aumentar o potencial democrático, utilizando o dissenso para entender a democracia e os seus múltiplos sentidos; reconhece a pessoa constitucional no texto fundamental e o seu papel no processo de definição dos signos constitucionais; reforça o signo de legitimidade das novas constituições, seja pelo transcurso do tempo, seja pelo caráter cambiante que ela incide.

Essa categoria não reforça e nem empodera nenhum poder especificamente, mas abre um caminho de cooperação e harmonia entre eles; confere maior legitimidade e maior o grau de efetividade ao viver constitucional; a adjudicação de direitos e a política funcionam com interferência recíproca para o engajamento do constitucionalismo político e jurídico; a carta é capaz de atualizar-se por outros caminhos que não a interferência direta e literal de seu texto; está orientada à concretização dos direitos fundamentais e de desenvolvimento, reclamando um olhar progressista que será afinado com o projeto político que vai afetar a realidade que ele incide; viabiliza a superação da tensão existente entre “boa governança” e “estado de direito”; é responsivo com o querer da coletividade, principalmente quanto a sua capacidade de resposta, para a promoção do desenvolvimento social e humano; amplia o universo de atores no processo de revelação de sentido constitucional; prestigia as práticas extrajudiciais de interpretação, principalmente daqueles oriundos dos movimentos sociais.

Além disso, a textura aberta das normas apresenta-se como estruturante do sistema e permitirá a recepção de espectro que é próprio das identidades das diferentes pessoas constitucionais; a construção do sentido cooperado – instituições democráticas e movimentos sociais, entre outros – amplia o universo de aceitação da atualização do signo constitucional; desenvolve a cultura constitucional, que é o elemento capaz de mobilizar as pessoas em torno do projeto constitucional que orienta as deliberações que se dão na esfera política e revela constitutivo do sentido do texto.

A constituição que se viverá não terá como intérprete exclusivo a corte constitucional, uma vez que seu papel será também o de indutor, gestor, dos muitos agentes que integram o processo, ou seja, um agente indutor da transformação social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Robert et al. Workshop on Constitution Building Processes. In: PRINCETON WORKSHOP ON CONSTITUTION BUILDING. *Proceedings...* Nova Jersey, Bobst Center for Peace & Justice, Princeton University, International Idea, 2007, p. 40.

BATEUP, Christine A. The Dialogic Promise: Assessing the Normative Potential of Theories of Constitutional Dialogue. *New York University Public Law and Legal Theory Working Papers*, p. 1-85, 2005. Disponível em: <http://lsr.nellco.org/nyu_plltwp/11>. Acesso em: 13 out. 2014.

BENHABIB, Seyla. On Michel Rosenfeld's The Identity of the constitutional subject. *Cardozo Law Review*, v. 33, p. 1889, 2011.

BICKEL, Alexander. *The least dangerous branch: the supreme court at the bar of politics*. New Haven: Yale University Press, 1986.

COVER, Robert M. The Supreme Court, 1982 term – Foreword: nomos and narrative. *Harvard Law Review*, v. 97, p. 4, 1983.

DEVINS, Neal; FISCHER, Louis. Judicial Exclusivity and Political Instability. *Virginia Law Review*, v. 84, p. 83-106, 1998. Disponível em: <<http://scholarship.law.wm.edu/facpubs/445>>. Acesso em: 5 maio 2015.

FRIEDMAN, Barry. The politics of judicial review. *Texas Law Review*, v. 84, n. 2, p. 257-337, Dec. 2005. Disponível em: <http://lsr.nellco.org/nyu_plltwp/16>. Acesso em: 5 maio 2015.

GOUVÊA, Carina Barbosa. *As intervenções da ONU no processo de constitution-making nos estados em transição política: o papel das nações unidas no resgate da ordem democrática*. Curitiba: Juruá, 2016.

MARTINEZ, Gregório Peces-Barba. *Curso de Derechos Fundamentales* – Teoria geral. Madrid: Universidad Carlo III de Madrid, Boletín del Estado, 1999.

MAZZONE, Jason. The creation of a constitutional culture. *Tulsa Law Review*, v. 40, p. 672, 2005. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=831927>. Acesso em: 18 maio 2015.

MINOW, Martha. Constituting Our Constitution, Constituting Ourselves: Comments on Reva Siegel's Constitutional Culture, Social Movement Conflict and Constitutional Change. *California Law Review*, v. 94, p. 1455-1463, 2006.

POST, Robert C.; SIEGEL, B. Reva. Democratic Constitutionalism. In: BALKIN, Jack M.; SIEGEL, Reva (Ed.). *The Constitution in 2020*. Oxford University Press, 2013. p. 26. Disponível em: <http://www.constitution2020.org/chapters/3_Democratic%20Constitutionalism.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2104.

PRUITT Bettye; THOMAS, Philip. *Diálogo democrático um manual para praticantes*. Agencia Canadiense de Desarrollo Internacional (ACDI), Instituto Internacional para la Democracia constituição la Asistencia Electoral (IDEA), Secretaría General de la OEA (SG/OEA), Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2008. [s.p.].

ROSENFELD, Michel. *A identidade do sujeito constitucional*. Trad. Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. p. 22-23.

_____. The Constitutional subject, its other, and the perplexing quest for an identity of its own: a replay to my critics. *Cardozo Law Review*, v. 358, p. 1961, 2012.

SANTOS, Rodrigo Victor dos. Cláusula do não obstante: uma alternativa ao modelo institucional vigente. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (RIDB)*, n. 9, p. 10285-10313, 2013. Disponível em: <http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2013_09_10285_10313.pdf>. Acesso em: 4 maio 2015.

SILVA, Cecília de Almeida; MOURA, Francisco; BERMAN, José Guilherme; VIEIRA, José Ribas; TAVARES, Rodrigo de Souza; VALLE, Vanice Regina Lírio do. *Diálogos institucionais e ativismo*. Curitiba: Juruá, 2010.

SIEGEL, Reva B. Constitutional culture, social movement conflict and constitutional change: the case of the facto ERA. *Yale California Law Review*, v. 94, p. 1323-1419, 2006. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2125&context=fss_papers>. Acesso em: 30 maio 2015.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. *Notas de aula* – Grupo de pesquisa Novas Perspectivas em Jurisdição Constitucional/UNESA. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 26 maio 2015.

_____; PULCINELLI, Eliana; MANEIRO, Renata Jaber (Coord.). *Contestação, persuasão e consenso no STF: construindo um constitucionalismo democrático*. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

VORLÄNDER, Hans. What is “Constitutional Culture”. *Constitutional cultures: On the concept and representation of constitutions in the Atlantic World*, p. 21-42, 2012.

Data de submissão: 10.12.2017

Data de aceite: 10.04.2019